



# Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 35 / CEP: 86300-390 / Apucarana - Paraná



## PROJETO DE LEI Nº. 013/2023

**Súmula:** - Autoriza a abertura de **Crédito Adicional Especial** no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme específica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:-

## L E I

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um **Crédito Adicional Especial** no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para reforço de dotações do orçamento vigente (Lei Municipal nº 93/2022 de 08 de novembro de 2022), como segue:-

<b>12 – Autarquia Municipal de Educação de Apucarana</b>	
<b>12.001 – Autarquia Municipal de Educação de Apucarana</b>	
<b>0012.0367.0122.2124 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Especial</b>	
<b>Vínculo: 101 – FUNDEB 60%/FUNDEB mínimo 70% - inciso XI do Art. 212-A da CF</b>	
331901600 – Outras despesas variáveis – pessoal civil	15.000,00
3319094000 – Indenizações e restituições trabalhistas	35.000,00
<b>0012.0366.0122.2125 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos</b>	
<b>Vínculo: 101 – FUNDEB 60%/FUNDEB mínimo 70% - inciso XI do Art. 212-A da CF</b>	
331901600 – Outras despesas variáveis – pessoal civil	6.000,00
331909400 – Indenizações e restituições trabalhistas	14.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>70.000,00</b>

**Art. 2º** Como recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica indicado o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2023 na **Fonte 101**, nos termos do artigo 43 § 1º II da Lei 4.320, de 17/03/1964.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Município de Apucarana, em 13 de fevereiro de 2023.

Sebastião Ferreira Martins Júnior  
(Júnior da Femac)  
Prefeito Municipal



Assinado eletronicamente por:  
SEBASTIÃO FERREIRA  
MARTINS JÚNIOR  
678.238.349-40

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.





**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Com os cumprimentos do Executivo Municipal, neste ato, encaminha-se para elevada apreciação, o **Projeto de Lei** para autorização do **Crédito Adicional Especial** no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para orçamento deste exercício da **Autarquia Municipal de Educação – AME**.

Trata-se a referida autorização para alocar recurso na ação específica de **Manutenção e Desenvolvimento da Educação Especial**, na qual serão criadas através deste **PL**, duas naturezas de acordo com Art. 1º da estrutura orçamentária supra, nas quais ambas classificadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Oportuno, esclarece que a Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para a abertura de créditos especiais até determinada importância, conforme prevê o art. 7º, I, da Lei Federal nº 4.320/64<sup>1</sup>, bem como, o §8º do art. 165 da Constituição da República<sup>2</sup>. O crédito especial cria nova categoria para atender a objetivo não previsto no orçamento. Assim, toda vez que ficar constatada a inexistência ou a insuficiência orçamentária para atender a determinada despesa, o Executivo terá a iniciativa das leis que autorizem os Créditos e, posteriormente à sua aprovação pelo Legislativo, efetivará sua abertura por Decreto.

Portanto Senhores Parlamentares, o Executivo Municipal com a finalidade de alcançar a eficácia administrativa e balizada pela norma posta, vem, respeitosamente, solicitar após a eminente deliberação, a aprovação da referida Propositura para consequente produção de seus efeitos.

Por todas as razões exposta contamos com a apreciação e consequente aprovação do presente Projeto de Lei, aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Encaminhado à comissão de JUSTIÇA,  
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO para emitir  
parecer      /      /     

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

Encaminhado à comissão de FINANÇAS,  
ECONOMIA E ORÇAMENTO para emitir  
parecer      /      /     

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

Encaminhado à comissão de EDUCAÇÃO,  
CULTURA, ESPORTES, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
para emitir parecer      /      /     

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

<sup>1</sup> Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:  
I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas às disposições do artigo 43;

<sup>2</sup> Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(-)

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.